

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.), dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

A Administração
Belo Horizonte, 26 de agosto de 2016.

Ativo	Balanco patrimonial		Passivo e patrimônio líquido	Ativo	Balanco patrimonial	
	Em milhares de reais				Em milhares de reais	
Circulante	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	Circulante	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	
Disponibilidades	5	623	Depósitos	14	2.076.025	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	13.582	Depósitos interfinanceiros		2.075.700	
Aplicações no mercado aberto		11.528	Depósitos a prazo		325	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.054	Recursos de aceites e emissão de títulos	14(c)	1.160	
Relação interfinanceiras		62.417	Outras obrigações		111.210	
Operações de crédito	8	2.470.681	Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados		4.650	
Operações de crédito setor privado		2.562.312	Sociais e estatutárias		2.935	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(91.631)	Fiscais e previdenciárias	15(a)	4.600	
Outros créditos	9	190.084	Diversas	15(b)	99.025	
Outros valores e bens	10	52.926				
Realizável a longo prazo		3.736.491	Exigível a longo prazo		3.771.922	
Títulos e valores mobiliários	7	67.725	Depósitos	14	3.743.950	
Operações de crédito	8	3.568.060	Depósitos interfinanceiros		3.606.946	
Operações de crédito setor privado		3.601.305	Depósitos a prazo		137.004	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(33.245)	Recursos de aceites e emissão de títulos	14(c)	25.222	
Outros créditos	9	25.206	Outras obrigações		2.750	
Outros valores e bens	10	75.500	Diversas	15(b)	2.750	
Permanente		29.164	Patrimônio líquido		595.651	
Investimentos		20.493	Capital social - de domiciliados no país	17	350.000	
Participação em controladas	11	20.482	Reservas de capital		250.000	
Outros investimentos		11	Reservas de lucros		12.521	
Imobilizado de uso	12	3.898	Ajuste a valor de mercado - TVM		(93)	
Outras imobilizações de uso		8.097	Lucros (prejuízos) acumulados		(16.777)	
Depreciação acumulada		(4.199)	Total do passivo e do patrimônio líquido		6.555.968	
Intangível	13	4.773			2.602.097	
Total do ativo		6.555.968			6.555.968	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido						
	Capital social	Ágio por subscrição de ações	Legal		Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados
			Estadutária	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	140.000			2	(2)	140.000
Aumento de capital	210.000					210.000
Ágio por subscrição de ações		250.000				250.000
Ajuste a valor de mercado - TVM					2	2
Lucro líquido do período					8.376	8.376
Constituição de reservas				4.862	(4.862)	
Distribuição de dividendos				(4.852)	(4.852)	
Saldo em 30 de junho de 2015	350.000	250.000		12	3.514	603.526
Saldo em 31 de dezembro de 2015	350.000	250.000	625	8.926	14	609.565
Ajuste a valor de mercado - TVM					(107)	(107)
(Prejuízo) do período					(16.777)	(16.777)
Transferência entre reservas			243	(243)		
Reversão da provisão de dividendos				2.970		2.970
Saldo em 30 de junho de 2016	350.000	250.000	868	11.653	(93)	595.651

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			

1 Contexto operacional
As operações do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco") ou ("Olé Consignado") são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A., controlado indiretamente pelo Banco Santander S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha). O Banco Santander (Brasil) S.A. é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP.
O Olé Consignado é uma companhia de capital fechado autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de banco múltiplo, com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento.
No dia 30 de julho de 2014 o Banco Santander, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso S.A. celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado S.A.).
Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso S.A. permaneceu com a parcela remanescente do capital social 40%.
Em 06 de junho de 2016, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

2 Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Bacen, até 30/06/2016:
Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico
Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Resolução CMN nº 3.750/12 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente
Resolução CMN nº 3.823/12 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefício a empregados
As demonstrações financeiras do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 26 de agosto de 2016.

3 Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Olé Consignado são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários no Brasil e no exterior, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

3.3 Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.4 Títulos e valores mobiliários
Em conformidade com a Circular Bacen nº. 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários, conforme a intenção de negociação da Administração, são classificados nas categorias a seguir, que observam os seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2016. (ii) Títulos disponíveis para venda - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a gestão do fluxo de caixa. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos (curva do título) reconhecidos no resultado do exercício e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos na conta Ajuste de avaliação patrimonial no grupo Patrimônio Líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento,

sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos que são reconhecidos no resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
A Administração determinará diretrizes para a classificação de Títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular Bacen nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.
3.5 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682/99.
Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são realizadas de forma "pro-rata" ao resultado no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2016.
Os prêmios ou descontos em operações de aquisição de ativos financeiros referem-se à diferença entre o valor efetivamente pago e o valor original contratado atualizado, que estão sendo apresentados, para fins da elaboração dessas demonstrações financeiras, líquidos na rubrica "Operações de Crédito". O prêmio é apropriado ao resultado em função do prazo remanescente da operação e o desconto é apropriado com fluxo de recebimento, classificados na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito.
Adicionalmente a Administração utiliza a prerrogativa de contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99.

3.6 Despesas antecipadas
Referem-se, sobretudo, à comissão sobre operações de crédito e correspondentes, os quais estão de acordo com a vigência dos respectivos contratos e contabilizadas na rubrica "Outros valores e bens".
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa no resultado do período.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:
(i) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
(ii) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
(iii) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.
Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.
A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo do Banco saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente bancário, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).
O Olé Consignado optou pelo diferimento da comissão paga ao correspondente bancário permitida pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014 atendendo às prerrogativas supracitadas.

3.7 Demais ativos circulantes e não circulantes
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

3.8 Ativo permanente
É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:
(i) Investimentos em controladas
O investimento na subsidiária é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 11). Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado por meio de constituição de provisão para perda efetiva.

(ii) Imobilizado
A depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

(iii) Intangível
O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos logísticos, e sua amortização é efetuada pelo prazo máximo de 5 anos.

3.9 Passivos circulantes e não circulantes
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Demonstração do resultado - Períodos findos em 30 de junho

	Nota	01/01 a	
		30/06/2016	30/06/2015
Receitas da intermediação financeiras		661.855	197.464
Operações de crédito	19	653.988	187.193
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	20	7.867	10.271
Despesas da intermediação financeiras		(428.761)	(102.333)
Operações de captação no mercado	21	(348.633)	(79.909)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8(g)	(80.128)	(22.424)
Resultado bruto da intermediação financeira		233.094	95.131
Outras receitas (despesas) operacionais		(264.379)	(79.621)
Receitas de prestação de serviços		3.177	2.325
Despesas de pessoal	22	(19.600)	(17.195)
Outras despesas administrativas	23	(125.217)	(51.054)
Despesas tributárias	24	(15.439)	(6.359)
Outras receitas operacionais	25	19.263	4.269
Outras despesas operacionais	25	(126.760)	(11.805)
Resultado de participação em controladas	11	197	198
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		(31.285)	15.510
Imposto de renda	18(a)	(2)	(10.445)
Contribuição social	18(a)		(6.034)
Ativo fiscal diferido	18(a)	17.238	10.321
Participações no lucro		(2.728)	(976)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(16.777)	8.376
Número de Ações (mil)		350.000	8.000
Lucro (prejuízo) do período por lote de mil ações - (em R\$)		(47,94)	1.047,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Períodos findos em 30 de junho

	Nota	01/01 a	
		30/06/2016	30/06/2015

Fluxo de caixa das atividades operacionais
Lucro líquido (prejuízo) do período (16.777) 8.376
Ajustes ao Lucro líquido (prejuízo) 2
Provisão para crédito de liquidação duvidosa 8(g) 80.128 22.424
Provisão para contingências 16(c) 4.213 3.151
Depreciação e amortização 21 933 400
Resultado de participação em controladas 11 (197) (198)
Outras provisões (707) 228
Ativo fiscal diferido 16(a) (17.238) (10.321)
Imposto de renda e contribuição social corrente 16(a) 2 16.479
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado 50.537 40.539
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez 7.322
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários (4.710) 49.958
(Aumento) de operações de crédito (1.609.391) (2.028.244)
(Aumento) de outros créditos (45.059) (15.530)
(Aumento) de outros valores e bens (58.110) (5.274)
Aumento de depósitos 1.725.098 1.463.154
Aumento de recursos de aceites e emissões de títulos 1.792 1.007
(Aumento) de relações interfinanceiras (61.697) (6.927)
Aumento (redução) de outras obrigações (5.870) 23.348

Caixa gerado nas operações
Imposto de renda e contribuição social pagos (8.765) (11.340)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais (16.355) (475.060)

Fluxo de caixa das atividades de investimento
Alienação de investimento 10
Aquisição de investimento (11)
Alienação de imobilizado de uso 10 (3.346)
Aquisição de imobilizado de uso (780)
Aquisição de intangível (2.496) (684)

Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento (3.267) (4.030)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Dividendos 15(b) (10.656)
Aumento de capital 460.000
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento 449.344

(Redução) de caixa e equivalente de caixa (19.622) (29.746)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período 5 33.827 (32.910)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 5 14.205 3.164
(Redução) de caixa e equivalente de caixa (19.622) (29.746)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15% até 31/08/2015, e à alíquota de 20%, a partir de 01/09/2015 até 31/12/2018, de acordo com o disposto na Medida Provisória 675/2015, convertida na Lei 13.169/2015.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa são constituídos pelas referidas alíquotas consideradas para as provisões do imposto de renda e para a contribuição social.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos na proporção da probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias poderão ser usadas, sendo revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.
As provisões para o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data da elaboração das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.
Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.11 Participação dos empregados no lucro
É definida em convenção coletiva e também pelo cumprimento do Plano de Metas, sendo providenciada com base em percentual sobre o resultado e ajustada ao final do ano após apuração do lucro do exercício e a avaliação do cumprimento das metas.

3.12 Capital social
O capital social do Banco, registrado no patrimônio líquido, é constituído por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

3.13 Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro tributável e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

3.14 Distribuição de dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

3.15 Partes relacionadas
A divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras sobre partes relacionadas cumpre determinação da Resolução CMN nº. 3.750/2009. De acordo com esse Normativo são divulgadas as transações ocorridas entre o Banco e suas partes relacionadas que possam afetar a sua situação patrimonial e financeira e o seu resultado.

3.16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O Olé Consignado e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2012, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do Bacen e observam o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.013)	(34.013)	14.534	14.534
Adições (exclusões) permanentes líquidas:				
. Equivalência patrimonial	(197)	(197)	(198)	(198)
. Outras, líquidas	308	295	1.688	93
Adições (exclusões) temporárias líquidas:				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.975	26.975	22.424	22.424
. Provisão para contingências	4.213	4.213	3.151	3.151
. Provisão para outros créditos	2.727	2.727	228	228
Base de cálculo	<u>13</u>	<u>41.827</u>	<u>40.232</u>	<u>40.232</u>
Alíquota do IRPJ (15%) e CSLL (15% e 20%)	(2)	(6.274)	(6.034)	(6.034)
Alíquota adicional do IRPJ (10%)		(4.171)		
Alíquota do IRPJ (15%) e CSLL (15% e 20%)				
. Diferido	5.087	8.759	3.870	3.870
Alíquota Adicional do IRPJ (10%) - Diferido	3.392		2.581	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>8.477</u>	<u>8.759</u>	<u>(3.994)</u>	<u>(2.164)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos créditos tributários (Nota 9) apresentam-se como segue:

	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	99.300	25.270
Provisão para contingências	6.250	3.151
Outras provisões	2.736	932
Base de cálculo	<u>108.286</u>	<u>29.353</u>
Imposto de Renda - 15%	16.242	4.403
Adicional do Imposto de Renda - 10%	10.828	2.935
Contribuição Social - 15% e 20%	21.655	4.403
Ajuste diferencial de alíquota CSLL	<u>(113)</u>	<u></u>
	<u>48.612</u>	<u>11.741</u>
Circulante	23.496	11.741
Realizável a longo prazo	25.116	

Movimentação

	2016	2015
Saldo no início do período	31.378	1.420
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.208	8.688
Provisão para contingências	1.798	1.260
Outras provisões	1.228	373
Saldo no fim do período	<u>48.612</u>	<u>11.741</u>

(c) Período estimado de realização

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Valor contábil
	Adições Temporárias	Adições Temporárias	Total
2016	6.527	5.221	11.748
2017	13.053	10.443	23.496
2018	6.677	5.341	12.018
2019	300	240	540
2020 a 2022	400	360	810
	<u>27.007</u>	<u>21.605</u>	<u>48.612</u>

19 Resultado com operações de crédito

	2016	2015
Crédito pessoal	489.473	90.127
Cartões de crédito	153.135	89.963
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 8 (h))	11.380	7.103
	<u>653.988</u>	<u>187.193</u>

20 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Rendas de títulos de renda fixa	4.272	6.862
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.595	3.409
	<u>7.867</u>	<u>10.271</u>

21 Despesa de captação no mercado

	2016	2015
Depósitos a prazo	(9.044)	(4)
Depósitos interfinanceiros	(337.692)	(79.893)
Outras despesas de captação	(1.897)	(12)
	<u>(348.633)</u>	<u>(79.909)</u>

22 Despesa de pessoal

	2016	2015
Remuneração	(12.752)	(11.837)
Encargos	(3.835)	(3.255)
Benefícios	(2.890)	(2.058)
Treinamento	(123)	(45)
	<u>(19.600)</u>	<u>(17.195)</u>

23 Outras despesas administrativas

	2016	2015
Depreciações e amortizações	(933)	(400)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(74.389)	(25.119)
Comunicações	(4.012)	(3.268)
Processamento de dados	(37.987)	(10.932)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.924)	(3.887)
Serviços do sistema Financeiro	(2.628)	(1.968)
Manutenção e conservação de bens	(112)	(2.901)
Outras	(3.232)	(2.579)
	<u>(125.217)</u>	<u>(51.054)</u>

24 Despesas tributárias

	2016	2015
Despesa com Cofins	(12.932)	(5.208)
Despesa com ISSQN	(159)	(116)
Despesa com PIS/Pasep	(2.101)	(846)
Outras despesas tributárias	(247)	(189)
	<u>(15.439)</u>	<u>(6.359)</u>

25 Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas (i)	18.323	3.807
Outras	940	462
	<u>19.263</u>	<u>4.269</u>

Outras despesas operacionais

	2016	2015
Despesas de provisões operacionais (ii)	(14.058)	(3.151)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(5.716)	(1.536)
Perdas com processos cíveis	(9.861)	(816)
Comissões (iii)	(92.577)	(5.613)
Outras	(4.548)	(689)
	<u>(126.760)</u>	<u>(11.805)</u>

(i) Durante o período entre 01 de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016 foram registradas receitas referentes a reembolso de despesas rateadas conforme acordo operacional com o Banco Bonsucesso S.A..

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Banco Bonsucesso S.A.	Banco Santander S.A.	Bonsucesso Tecnologia Ltda.	BPV Promotora de Venda e Cobrança Ltda.	2016 Total
Ativos (Passivos)					
Disponibilidades	182	265			447
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.528				11.528
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)	10.729	137			10.866
Despesas antecipadas					4.202
Depósitos interfinanceiros	(73.879)	(5.596.732)	1.704	2.498	(5.670.611)
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 11 (b))	(2.347)	(839)		(33)	(3.219)
Provisão para passivos contingentes	(10.644)				(10.644)

Receitas (Despesas)

Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e de operações com títulos e valores mobiliários	1.062				1.062
Despesas com depósitos interfinanceiros	(4.825)	(332.042)			(336.867)
Receitas de prestação de serviços					
Despesa com prestação de serviços			(6.942)		(6.942)
Despesas administrativas				(8.876)	(8.876)
Outras despesas operacionais				(2.883)	(2.883)
Reembolso de crédito recuperado	(14.799)				(14.799)

Ativos (Passivos)

Disponibilidades	178	521			699
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.199				2.199
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)	358				358
Depósitos interfinanceiros	145.877	1.771.425			1.917.302
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 11 (b))	(5.570)			(581)	(6.151)

Receitas (Despesas)

Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e de operações com títulos e valores mobiliários	3.409				3.409
Despesas com depósitos interfinanceiros	(11.157)	(64.027)			(75.184)
Despesa com prestação de serviços			(7.272)	(1.022)	(8.294)
Dividendos	(4.852)				(4.852)
Reembolso de crédito recuperado	(16.722)				(16.722)

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco deliberou em 30 de abril de 2016 pela aprovação da proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2016, no montante de até R\$ 7.819. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Remuneração fixa	1.015	1.238
Remuneração variável	350	1.595
	<u>1.365</u>	<u>2.833</u>

O Olé Bonsucesso Consignado não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(c) Participação Acionária

O Olé Consignado é controlado indiretamente pelo Banco Santander, através da Aymoré com participação direta de 210.000 mil ações ordinárias, equivalentes a 60,00% do capital social e do Banco Bonsucesso S.A. com participação direta de 140.000 mil ações ordinárias, equivalentes a 40,00% do capital social.

(d) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

(e) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente Lei 4.595/76, art.34, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

(ii) Na rubrica "Despesa de provisões operacionais" estão registradas, despesas de provisão para contingências cíveis e as despesas de provisão para baixa sem financeiro.

(iii) Referem-se, sobretudo, às remunerações sobre operações de crédito para os correspondentes (Nota 3.6).

26 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2016 e de 2015 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. O Banco não contratou operações com derivativos financeiros durante os períodos de 01 de janeiro a 30 de junho de 2016 e de 2015.

27 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco Bonsucesso S.A.	Banco Santander S.A.	Bonsucesso Tecnologia Ltda.	BPV Promotora de Venda e Cobrança Ltda.	2016 Total
Saldo no início do período					
Adições (exclusões) líquidas:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa					
Provisão para contingências					
Outras provisões					
Base de cálculo	108.286				108.286
Imposto de Renda - 15%	16.242				16.242
Adicional do Imposto de Renda - 10%	10.828				10.828
Contribuição Social - 15% e 20%	21.655				21.655
Ajuste diferencial de alíquota CSLL	(113)				(113)
	<u>48.612</u>	<u>11.741</u>			<u>60.353</u>
Circulante	23.496	11.741			35.237
Realizável a longo prazo	25.116				25.116

	Banco Bonsucesso S.A.	Banco Santander Brasil S.A.	BSI Informática Ltda.	BPV Promotora de Venda e Cobrança Ltda.	2015 Total
Saldo no início do período					
Adições (exclusões) líquidas:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa					
Provisão para contingências					
Outras provisões					
Base de cálculo	108.286				108.286
Imposto de Renda - 15%	16.242				16.242
Adicional do Imposto de Renda - 10%	10.828				10.828
Contribuição Social - 15% e 20%	21.655				21.655
Ajuste diferencial de alíquota CSLL	(113)				(113)
	<u>48.612</u>	<u>11.741</u>			<u>60.353</u>
Circulante	23.496	11.741			35.237
Realizável a longo prazo	25.116				25.116

28 Comitê de auditoria e gerenciamento de riscos

(a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/04, o Olé Consignado aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander (Brasil) S.A..

(b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Conrado Engel
Conselheiros	Angel Santodomingo Martell Cassius Schymura Gabriel Pentagna Guimarães Paulo Henrique Pentagna Guimarães
DIRETORIA	
Frederico Penido de Alvarenga - Diretor Presidente	
Rafael Victal Saliba - Diretor Financeiro	
Alexandre de Oliveira - Diretor de Operações	
CONTROLADORIA	
Gilberto Ataíde Câmara	
Contador - CRC-MG 71.683/O-7	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.
(Anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central